



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253

v. 13, n. 2, jul./dez., 2007

A formação em desenvolvimento territorial: uma estratégia para redução das desigualdades sociais

RAMONILDES ALVES GOMES

Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Este artigo resulta de um esforço de reflexão acerca das mudanças em curso, nos territórios rurais da região Nordeste, e da relação dessas mudanças com o processo de formação dos agentes da política de desenvolvimento territorial, capacitados pelo Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS, oferecido pela UFCC, no ano de 2006. A política pública para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, em vigor no Brasil desde 2003, revela a posição do estado, enquanto campo relacional de poder. A pressão exercida pelos setores públicos e pelos demais segmentos organizados da sociedade civil levou o governo brasileiro a propor uma política nacional voltada à melhoria da qualidade de vida e à redução das desigualdades sociais. Contudo, o processo de implementação dessa política tem se constituído um desafio, na medida em que redefiniu as bases de negociação entre os setores populares, movimentos sociais, sindicatos, Ongs e o poder público, instituindo uma cultura política baseada nos pressupostos da responsabilidade social, da participação, da governança, do protagonismo dos atores individuais e coletivos.

Palavras-chave: Estado. Desenvolvimento Territorial. Desigualdades Sociais.

Formation in territorial development: a strategy to reduce social inequalities

ABSTRACT

This article is the result of an effort in reflecting on changes observed in rural territories of the Brazilian Northeastern region as consequences of Territorial Development Policies with the agents' formation, occurred in the Course of Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (Specialization in Rural Sustainable Development) – CEDRUS –, offered by the Federal University of Campina Grande, on 2006 and 2007. Public policy towards the sustainable development of rural territories shows that the Brazilian State works out as a relational field of power. The pressure exerted by public sectors and by social movements has pushed the Brazilian Government in purposing policies of improvement of the life quality and in reducing social inequalities. However the implementation of those policies has been a considerable challenge since they have redefined the basis of negotiation among popular sectors, social movements, syndicates, NGOs and public power, creating a new political culture based on principles of social responsibility, participation, administration and individual and collective actions.

Key words: State. Territorial Development. Social Inequalities.

Ramonildes Alves Gomes

Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFCC.
E-mail: rnildes@hotmail.com

Endereço para correspondência:

Rua Floriano Peixoto, 1759, Apto 302, Jardim Tavares.
CEP 58100-001 – Campina Grande – PB.

INTRODUÇÃO

Em 1993, na conferência de Viena, as preocupações com a consolidação da democracia ficaram polarizadas nas seguintes perspectivas: a primeira apontava para a necessidade de assegurar os direitos políticos e civis básicos; a segunda focalizava os direitos econômicos e as necessidades materiais (SEN, 2000). A questão era eliminar a pobreza, ou garantir liberdades políticas e direitos civis. Estes últimos, no plano mais imediato, têm pouco ou quase nenhum significado para os mais pobres. Essa parece ser uma idéia feita, "lugar comum". Reduzir a análise a tal dicotomia implica se furta ao que é atributo da academia: refletir criticamente sobre os processos, assumir posturas e propor soluções.

No estado moderno, do qual a democracia é constitutiva, pode-se afirmar que o sentido desse termo está relacionado à capacidade de satisfazer necessidades econômicas, de liberdades políticas e de direitos civis. No entanto, nos países onde a pobreza impele os indivíduos à morte, podemos reduzir o sentido da democracia à habilidade de indivíduos e grupos, em contextos específicos, instituírem novos arranjos e práticas que envolvem agentes econômicos (instâncias governamentais, político-administrativas, empresas e grupos econômicos) e agentes sociais (movimentos sociais, sindicatos, associações), em processos que expressam dimensões de poder. Para Wolf apud Feldman-Bianco e Ribeiro (2003), nesse sentido, o poder expressa dinâmicas que organizam e orquestram cenários e fluxos de energia.

O poder estrutura o campo de ação dos outros, a partir do qual podemos pensar mudanças. Tomando como ponto de partida a necessidade de potencializar o trabalho social, através da formação, moldar comportamentos e articular grupos, neste sentido tomar a democracia enquanto sistema tático para reordenamento do poder. Cientificamente, não temos como falar dessas questões sem nomear, comparar e historicizar.

A proposta deste texto é analisar a política pública para o desenvolvimento dos territórios rurais do Brasil, implantada pela SDT/MDA – Secretária do Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2003, tentando pensá-la, enquanto instrumento para o fortalecimento da democracia, conseqüentemente, para diminuição da pobreza e da exclusão social. A ação pedagógica implementada no âmbito da política de desenvolvimento territorial tem como objetivo o protagonismo dos diversos atores sociais, os processos de negociação que envolvem a governança, as parcerias públi-

co-privado e a (co) responsabilidade social.

Os argumentos, aqui utilizados, foram abstraídos da experiência no CEDRUS – Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável, que está sendo oferecido pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, desde janeiro de 2006, através do qual estão sendo capacitados 35 articuladores¹ territoriais de 36 territórios rurais dos 09 estados da região Nordeste. Para a coleta de dados, utilizamos informações advindas de entrevistas estruturadas, realizadas via e-mail, fugindo ao padrão convencional da entrevista face a face, com uso do gravador. Coletamos informações, também, a partir de observações assistemáticas por ocasião das visitas aos territórios. De todo modo, julgamos que os dados obtidos são insuficientes para fazer inferências ou generalizações.

A construção dos argumentos consiste no entendimento de que para compreender os limites da democracia não basta analisar apenas as estatísticas, ou os resultados difundidos na forma de índices sobre participação, direitos políticos, situações de calamidades, como a fome, epidemias etc. Importa entender que democracia e desenvolvimento constituem as duas faces de uma mesma moeda. Portanto, a capacitação de agentes que fazem a mediação nos territórios, implica a apropriação de conteúdos que possibilitem desenhar novos arranjos institucionais, em espaços que propiciem aos sujeitos o exercício da liberdade para fazer escolhas e desenvolver capacidades para a satisfazer necessidades. O texto que segue está organizado em três momentos: a abordagem territorial: ditos e não ditos; o processo de implementação da política de desenvolvimento territorial, poder e mudança; e as considerações finais.

A ABORDAGEM TERRITORIAL: DITOS E NÃO DITOS

Associar o adjetivo territorial ao substantivo desenvolvimento denota que embarcamos numa onda gigante que encobriu concepções já alardeadas sobre o desenvolvimento (VEIGA, 2006; CUNHA; TONNEAU, 2005; PECQUER, 2005; ABRAMOWAY, 2002). Para os estudiosos, as estratégias e alternativas para impulsionar o desenvolvimento não podem ser reduzidas aos pacotes macroeconômicos inscritos na agenda global. É premente compreender a importância da escala local nos processos de tomada de decisão, na implementação dos projetos e programas, ainda que esta tese não represente um consenso acadêmico.

¹ Gostaríamos de agradecer a colaboração dos alunos do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável da UFCG, força viva nos diversos territórios da região Nordeste, sem os quais este texto não teria sido produzido.

Nos idos de 1970, a França foi um dos primeiros países a buscar soluções para os problemas decorrentes da globalização, tendo como conseqüências o fechamento de mercados, o surgimento de novos e, especialmente, o êxodo rural e o declínio de certas atividades econômicas. A emergência de iniciativas em espaços localizados – territórios, definidos como espaços e atores que, ao se articularem e acessaram redes, potencializaram economias e imprimiram um novo dinamismo em certas áreas. De fato, essa experiência não ocorreu exclusivamente na França: é importante lembrar que a origem dos “distritos industriais” na Itália seguiu essa mesma lógica.

A lógica que fundamenta o desenvolvimento territorial encontra apoio nos argumentos de estudiosos como Sen (1999), para quem a economia é uma ciência moral, ou seja, a ética é constitutiva das relações entre atores. Hirschman (1986) apud Pecquer (2005), lembra a importância de atentar para a mobilização de recursos menos expressivos. A interação entre os recursos ambientais, humanos, institucionais e éticos conforma uma nova geografia para os espaços, preservando as especificidades locais, transformando-os em eixos de dinamização.

A preocupação de Nussbaum e Sen (1996) é, indubitavelmente, com uma ética social para o desenvolvimento e tem origem no compromisso, imputado às ciências (economia, sociologia, filosofia, antropologia e demografia), na busca de soluções para os graves problemas mundiais tais como: a fome, as doenças e as outras formas de privação que denunciam, concretamente, as deficiências, tanto técnicas e científicas quanto políticas, na concepção e formulação das políticas públicas voltadas para a solução das questões relacionadas ao desenvolvimento humano.

Essa nova abordagem do desenvolvimento enfatiza uma dimensão mais valorativa do próprio conceito, reconhecendo a relação indissociável entre o desenvolvimento e os fins pretendidos, particularmente, quando tais fins são a realização de uma vida melhor para os seres humanos. Por essa razão, segundo Nussbaum e Sen (1996, p. 15), indicadores como o crescimento econômico e o PIB *per capita* nem sempre são adequados para avaliar o desenvolvimento, uma vez que nada revelam sobre fenômenos diversos, a exemplo do bem estar e da qualidade de vida.

Para os adeptos dessa perspectiva, o desenvolvimento deverá perseguir como objetivo principal a melhoria das vidas humanas em contextos diversos. Assim sendo,

as ações para esse fim deverão contemplar aquilo que os seres humanos podem (capacidade) e devem ser e fazer (funcionamentos). Esta é a defesa de uma ética social do desenvolvimento que se traduz na possibilidade de incorporar ao conceito temas como “subjetivismo e objetivismo, absolutismo e relativismo, essencialismo e anti-essencialismo, universalismo e particularismo”, além de reconhecer a contribuição desses para a superação das distâncias espaciais e culturais, através da criação de uma ética global (CROCKER, 1993, p.102).

O foco desse modelo de desenvolvimento são os juízos que orientam os indivíduos e grupos, permitindo que façam escolhas, a partir da combinação de elementos, como uma identidade produtiva enraizada num espaço geográfico. A noção de desenvolvimento territorial vincula o crescimento econômico às preocupações com o meio ambiente, mediado pelos comportamentos humanos que, ao se articularem, expressam concretamente um novo ordenamento territorial.

No Brasil, desde o PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável fez-se necessário a implementação de programas e projetos, no sentido de transformá-los em estratégias com vistas a reorientar as ações e não deixar que elas sejam reduzidas às transferências de recursos e créditos, políticas meramente assistencialistas e compensatórias. Pensar o desenvolvimento numa dimensão territorial requer a incorporação de diretrizes que favoreçam sinergias entre o setor primário e os setores secundários e terciários das economias locais, mas também, sinergias que potencializem o empreendedorismo e a competitividade nesses territórios, através da inserção nos mercados globais (SILVA, 2001). Partindo dessas premissas, o então governo do Presidente Lula, no seu primeiro mandato, sistematiza e promulga as seguintes diretrizes como eixos orientadores da política de desenvolvimento territorial²:

- Adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;
- Valorizar ações que estimulem a participação da

² Série Documentos Institucionais n. 2, maio 2005- SDT/MDA.

diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;

- Adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
- Estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
- Atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;
- Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
- Priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- Incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas; e
- Incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.

A operacionalização dessas diretrizes está organizada em eixos centrais de intervenção, ou áreas de resultados, em torno das quais um conjunto de ações se complementam, amparadas pelo PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) e pela implantação de um conjunto de projetos a ele vinculados.

A abordagem territorial, implicitamente, valoriza a dimensão econômica, inclusive colocando, no centro das estratégias de competitividade, a coesão social, como instrumental para modernizar as políticas públicas, através da transversalidade; bem como o reconhecimento das instâncias locais, sem deslegitimar as instâncias hierárquicas e os acordos supranacionais. Essas dimensões estão nas entrelinhas do conceito de desenvolvimento

territorial, fazendo dele uma aposta e um esforço constante para um novo desenho de política pública.

CAPACITAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, PODER E MUDANÇA

Para incentivar os processos de fortalecimento e a participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, a SDT, em parceria com as Universidades, tem buscado oferecer uma formação complexa e integrada, no sentido do acesso aos conhecimentos humanísticos e técnicos, a partir de conteúdos interdisciplinares, apreendidos com suporte da pedagogia da alternância. Nesse sentido, os conteúdos discutidos no período presencial são testados no processo de intervenção e nas atividades inerentes à prática cotidiana dos mediadores nos territórios.

No CEDRUS, curso que está sendo ministrado pela UFCG – Universidade Federal de Campina Grande – em parceria com a SDT, na modalidade especialização *lato sensu*, estão sendo capacitados atores sociais com as mais diversas formações acadêmicas: pedagogos, assistentes sociais, sociólogos, economistas, advogados, agrônomos, engenheiros, professores (licenciaturas diversas). Alguns com titulação de mestre, outros especialistas, mas, a maioria, apenas graduados. Todos estão atuando nos territórios rurais do Nordeste como representantes de diversas instituições governamentais e não-governamentais (sindicatos, associações, movimentos sociais, órgãos públicos das instâncias federais, estaduais e municipais, entidades privadas).

Mesmo tendo passado por um processo de seleção, no início do curso, constatamos que a maior parte dos alunos não demonstrava ter conhecimentos acerca dos pressupostos teóricos da abordagem territorial. Muitos revelavam preocupações com a nova dinâmica vivenciada nos territórios, ou melhor, com o arsenal de idéias, interesses e conflitos que fervilhavam por todos os cantos. Alguns haviam feito leituras que tratavam do conceito, mas, como afirmam, *não conseguiam fazer a relação entre a teoria e a prática*. A maioria assinalava que entrou em contato com a abordagem territorial por ocasião da implantação dos Fóruns Territoriais em 2003, ou seja, já no processo de implantação da política de desenvolvimento territorial. Atualmente, os alunos admitem que o acesso às teorias e aos conceitos que subjazem a abordagem territorial possibilitou que se *sentissem-se capacitados profissionalmente para atuar*, diferentemente da situação anterior, quando a atuação refletia apenas o compromisso, a militância e o amorismo.

A capacitação, por sua vez, é um importante instrumento na diminuição das desigualdades sociais, porque possibilita aos atores sociais locais, agora também executores de políticas públicas, pensá-las, de modo mais articulado, rompendo com a crença de que o desenvolvimento se reduz a uma política setorial e a programas emergenciais. A escala territorial integra ações em nível local estadual e federal, governamental e não-governamental, além de colocar, no mesmo palco e com iguais poderes, atores como estado, mercado e sociedade civil. O território, enquanto *locus* e espaço de novas práticas, reorienta os fluxos de poder, na medida em que estrutura um campo possível para ações mais democráticas, redirecionando programas e projetos.

A implantação da política de desenvolvimento territorial exige para sua eficácia um novo ambiente institucional. Para esse fim, cria um mercado de políticas públicas, no qual a atuação do Estado redefine constantemente o papel da sociedade civil (ECHEVERRI; RIBEIRO, 2005). A experiência dos alunos do CEDRUS revela que a construção desta nova institucionalidade tem início com formação de uma massa crítica. Muitas ONGs e órgãos governamentais, com atuação nos territórios (Carnaubais – PI, Lençóis – munim – MA, Cariri – PB, Borborema – PB, Potengi – RN, Sisal – BA, Litoral sul – BA, Agreste meridional – AL), agiam estritamente no nível local. A criação das instâncias territoriais colegiadas, em certa medida, assegura a representação e a co-participação simultâneas das esferas estaduais e federais, ampliando as possibilidades de intervenção na agenda do desenvolvimento, para além dos limites da localidade, ou do município.

Ao tempo em que a capacitação indica, por um lado, o caminho para a realização de uma *práxis* social; por outro lado, a história pessoal e de militância de cada um dos atores, e até as oportunidades de apropriação de novos conceitos torna-se um divisor de águas entre os atores tanto no ambiente institucional, quanto nos colegiados territoriais. De um lado, está o *amplo território de identidades*, do outro, o *meu segmento institucional*, o *meu município* etc.

A ausência de uma correlação de forças endógenas reforça ranços de um passado impregnado pelo clientelismo e assistencialismo que impõe limites às ações para o desenvolvimento. Dentre eles, citamos: o imediatismo exigido nas ações, o predomínio das questões econômicas (recursos, créditos), como estratégia para promover o *empoderamento* e a *autonomia* dos atores sociais, e a pouca ou nenhuma compreensão dos processos de monitoramento e avaliação, ficando as ações, mais ao nível do diagnóstico e do planejamento, sem que os indivíduos atestem concre-

tamente a viabilidade do processo, como afirma uma articuladora territorial:

A lógica do território conquistou mais espaço no debate teórico, do que no campo prático/operacional. Pensar o território como espaço geográfico demandante de infra-estrutura (estradas, meios de comunicação, etc), ainda é uma utopia. A realidade é que os investimentos ainda são bastante limitados, não atendem as demandas reais dos projetos de PROINF, e muito focado em ações primárias como: unidades de transferência de tecnologias, bancos de proteínas, unidade de beneficiamento de mel, leite, carnes, couros, castanha de caju, etc, o fato é que nenhum destes, a curto e médio prazos impactam a realidade sócio-econômica e política dos territórios. (J.da S. L – articuladora territorial)

Considerarmos que a abordagem territorial é um processo recente, para alguns e especialmente para as prefeituras, é totalmente novo. A escala territorial exige de cada ator a sensibilidade para perceber que coesão social, cooperação e conflito, conhecimento local, conhecimento técnico e visão de mercado são conceitos novos que, ao penetrarem na vida dos grupos individuais e coletivos, geram situações de riscos e incertezas. Capacitar e preparar os que fazem a mediação é imprescindível na ampliação da participação.

O debate e a emergência das diferenças dão ritmo e sonoridade aos processos. Há territórios em que o dinamismo e o envolvimento da sociedade civil evidenciam sinais de mudança, por exemplo, no Território do Sisal na Bahia (com as experiências desenvolvidas pelo MOC). A participação ativa dos grupos minoritários, jovens, mulheres, populações tradicionais, assentados, agricultores familiares, artesãos, enfim, começa a estabelecer canais de diálogo propiciado pela participação nos Fóruns Territoriais. Desse modo, novos arranjos institucionais, têm adquirido visibilidade na diversidade de formas organizativas, presentes nos territórios, núcleos diretivos, CODETER, CIATs, redes nacionais, entre outras. Todas elas permitem uma apropriação relativamente rápida da abordagem territorial.

A mudança no papel do Estado, sinalizada pelos mecanismos de descentralização faz emergir heterogeneidades e identidades coletivas que, pela natureza do processo, prescindem da visão da cidade como aglomerado populacional e de atividades produtivas e incorporam o *habitus* da negociação continuada. Essencialmente, tais processos redefinem estruturas de poder que perpassam jogos de interesses e posições distintas.

Torna-se imperativo, nesse processo, analisar a eficácia dos conceitos de governança e protagonismo social. Ambos de difícil aplicabilidade, porque, como já o dissemos anteriormente, historicamente, os arranjos ins-

titucionais foram marcados por fortes laços de dependência, coronelismo, compadrio, moradia, entre outros, denotando a posição de excelência do poder local. Percebe-se, embora num ritmo ainda bastante lento, que os espaços de decisão estão sendo deslocados para os Fóruns Territoriais. Estes, por sua vez, transformam-se em arenas, onde os projetos são negociados coletivamente, combatendo diretamente a cultura da troca de favores e, indiretamente, o mandonismo e o individualismo, que fragilizam o poder dos grupos menos favorecidos.

Ainda que de forma pontual, a dinâmica das discussões travadas nas instâncias territoriais tem evidenciado o protagonismo dos atores. Os acordos realizados nos processos de tomada de decisão resultam do diálogo entre movimentos e órgãos públicos, estaduais, municipais e federais. É, nesse momento, que se faz necessário exercitar a tolerância, o respeito às diferenças. É também nele que os grupos individuais e coletivos amadurecem, buscando competências para implementar a democracia local e a autonomia, legitimando essa nova institucionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de desenvolvimento como disposições sociais para a liberdade, na abordagem territorial coadunada com as idéias difundidas por Amartya Sen e Martha Nussbaum³ sobre uma nova ética moral e social para o desenvolvimento internacional. O objetivo de Sen (2000) é propor uma perspectiva normativa para analisar o desenvolvimento mundial, de forma a possibilitar uma intervenção mais coerente, através da formulação de políticas públicas em escala territorial para melhoria da qualidade de vida, de forma integrada.

Analisando esse processo de formação, é possível compreender que a eficiência e o êxito de uma política pública implicam a apropriação de argumentos teóricos e a realização de pesquisas empíricas, que valorizem a compreensão de aspectos, situações e fenômenos que impulsionam e/ou impedem o bom desenvolvimento. A “aliança” da academia com as instâncias de governo comprometidas com esse projeto é antes um compromisso ético, uma via de mão dupla no plano da troca de informações e concretude, acerca da vida social. Por um lado, favorecendo a apropriação de conceitos e, por outro, informando porque certos fatos ocorrem no mundo e o que poderá ser feito para superá-los.

No plano concreto, os atores em capacitação afirmaram que, se antes o desconhecimento em relação às mudanças nos rumos das políticas públicas para o desenvolvimento, decorrentes do conceito de território, causavam tumultos e conflitos, hoje a compreensão de que o território é o ponto de partida para o desenvolvimento integrado e sustentável e de que muitos dos atores imersos nesse processo ainda não foram capacitados – e, portanto, não dispõem de argumentos para fomentar as mudanças – produz uma série de novos conflitos e competições. Isso nos faz entender que a interação entre elementos da teoria e da prática do desenvolvimento é tão importante para uma perspectiva de análise causal, quanto para a formulação de políticas públicas. A operacionalização dessa interação dar-se-á pela superação da dicotomia entre absolutismo (expressão da verdade a-histórica) e relativismo (verdades locais e regionais).

Por fim, pensamos que o desenvolvimento territorial se constitui numa política pública sim, pois, à medida que valoriza a iniciativa comunitária e empresarial, impulsiona o desenvolvimento de capacidades e autonomia. Em síntese, não queremos aqui correr o risco de cometer exageros, supervalorizando a instância local. A questão é como conhecer a “capacidade de fazer” dos indivíduos e grupos? Como descobrir as potencialidades e defini-las como eixo territorial? Como assegurar a legitimidade pelas identidades, que são coletivas? É necessário, antes, identificar o que é, essencialmente, valioso em cada espaço. É preciso descobrir, inclusive, que coisas são intrinsecamente boas e não, apenas instrumentalmente valiosas. Uma maneira de ilustrar esse dilema é pensar se as decisões e conquistas estão de fato criando novas institucionalidades e redefinindo a direção do poder; nesse caso, se estão verdadeiramente fortalecendo a democracia, a participação social, a autonomia e a liberdade.

Nussbaum (1996, p. 318) sugere como solução para o dilema citado, algo que ela própria chama de “equilíbrio reflexivo”, isto é, a relação entre o individual e o coletivo, entre os desejos e as crenças éticas. Outra possibilidade, segundo a mesma autora, seria uma investigação crítica compartilhada, que implicasse numa autovalidação de normas e racionalidades. Para isso, é importante conhecer os princípios humanos que antecedem e justificam a atribuição de valores a determinados bens dentro de uma trajetória histórica.

³ Uma das teses mais importantes, desenvolvidas por Amartya Sen e pela qual o autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia, foi editada com o título *Desenvolvimento como Liberdade* (2000) pela Companhia das Letras. Uma revisão crítica da obra de Sen e Nussbaum pode ser lida no artigo de David Crocker (1993) na revista *Lua Nova*, n. 31, p. 99-133.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, Eric et al. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa, 2002.
- CROCKER, David. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de sem e Nussbaum. *Lua Nova*, São Paulo, v. 31, n. 93, p. 99-133, 1993.
- ECHEVERI, Rafael; RIBEIRO, M. P. *Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2005.
- FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf. *Etnográfica: revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 245-282, 2003.
- HIRSCHMAN, A. O. *Vers une économie politique élargie*. Paris: Edition de Minuit, 1995.
- NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya (Orgs.). *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 1/2, 2005.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Food and freedom. *World Development*, v. 16, p. 769-81, 1989.
- _____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Grazziano da. *Texto provisório para discussão*. [S.l.: s.n.], 2001. Mimeografado.
- TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n.1 e 2, 2005.
- VEIGA, J. E. *Vicissitudes da governança cidadã*. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/zeeli.científicos>. Acesso em: 05 dez. 2006.
- _____. *Territórios para um desenvolvimento sustentável*. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/zeeli.científicos. Acesso em: 10 out. 2006.

Recebido em junho de 2007

Aprovado para publicação em agosto de 2007
